

Caso Sunamam acabou em acordo



Ainda no regime militar, no Governo do ex-presidente João Baptista Figueiredo (foto), denúncias de irregularidades na indústria naval brasileira, envolvendo a Superintendência Nacional da Marinha Mercante e os estaleiros, fizeram surgir a CPI da Sunamam. As conclusões de uma comissão especial de tomada de contas, criada em meados de 1983, apontavam incorreções no montante de uma dívida de US\$ 550 milhões para com os bancos. Criou-se, então,

um impasse entre o Governo e as empresas do setor naval, onde nenhum assumia a responsabilidade pelos débitos. O então ministro dos Transportes, Cloraldino Severo, determinou a criação da CPI.

No dia 5 de março de 1985, o Senado instalava a "Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no transporte marítimo brasileiro e estaleiros nacionais". A maioria dos depoentes afirmou que "os problemas ocorridos no setor naval" eram derivados da inadequação institucional e das debilidades administrativas da Sunamam. Foram apontadas irregularidades como má aplicação do Fundo da Marinha Mercante e inadimplência de empresas de navegação para com

o fundo. A CPI concluiu que o setor naval operava apenas cerca de 50% de sua capacidade instalada, sem apresentar quaisquer garantias imediatas de reativação.

"O agravante é que isso ocorre num momento em que o conjunto da economia nacional se encontra em pleno processo de recuperação", analisou a CPI. No entanto, o relatório final se dedica a uma longa explanação das dificuldades financeiras do setor naval para, ao final, sugerir um acordo de cavalheiros. "A União não pode funcionar como juiz e parte do processo. O recurso à Justiça ordinária poderá arrastar indefinidamente a solução do impasse". (G.F.)